

Ideias e opiniões seladas: diálogo entre Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis sobre o galego-português

*Ivo Castro e Yara Frateschi Vieira**

Basta folhearmos o *Epistolário de José Leite de Vasconcelos*¹ para nos assegurarmos de que era um correspondente prolífico, para quem o contacto epistolar com os pares constituía uma forma privilegiada de diálogo e, por vezes, mesmo de polémica científica. O *Epistolário* recolhe nada menos de “vinte e quatro mil cento e setenta espécies, provenientes de três mil seiscientos e noventa autores das mais variadas áreas de conhecimento (arqueologia, etnografia, filologia, numismática, epigrafia...)”².

Dentre os correspondentes, tem nesse catálogo especial relevância Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que aí figura com um número bastante alto de espécies, talvez um dos mais elevados: com efeito, nada menos de 230 arroladas no item 3495 do *Epistolário*. Como se trata de troca epistolar entre dois principais representantes da filologia portuguesa na época, vale a pena examiná-la com algum vagar, enquanto documento que nos dá acesso ao processo de evolução do pensamento filológico de ambos os participantes, ao intercâmbio de informação e de opinião de que dão testemunho, às condições de produção do trabalho intelectual na época, e *last but not least* ao desenvolvimento de uma amizade baseada no respeito e na admiração mútua das respectivas qualidades intelectuais e humanas.

* Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Professora Titular do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.

¹ Suplemento nº 1 de *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1999.

² Livia Cristina Coito, “Introdução”, *ibidem*, p. 7.

As cartas datadas de Carolina Michaëlis a José Leite, catalogadas no *Epistolário*, cobrem o período que vai de 3 de janeiro de 1888 até 1924 (talvez 16 de julho, que se pode ler com alguma segurança no carimbo postal); no entanto, como na primeira dessas cartas ela pede desculpas ao destinatário por ter mantido um silêncio prolongado, devemos supor que houve troca de cartas ou cartões anteriormente; não muitas provavelmente, pois a forma de tratamento usada por Carolina revela que ainda estavam nas primeiras etapas de um conhecimento e de uma amizade que se estendeu por mais de 30 anos³. Além disso, há uma quantidade apreciável de documentos não datados (56), que apenas um exame de possíveis inferências textuais permitiria datar.

Infelizmente, do outro lado da linha, isto é, nos arquivos da destinatária, não temos a mesma sorte de contar com uma documentação tão bem conservada, organizada e catalogada como a leiteana. Da correspondência que Leite teria seguramente enviado a Carolina Michaëlis, epistológrafo escrupuloso que era, em resposta a esses mais de 200 documentos que se encontram no Museu Nacional de Arqueologia (pelo menos), recuperaram-se apenas quarenta e quatro, no Espólio da filóloga, custodiado na Biblioteca Central da Universidade de Coimbra. Essas cartas e os cartões postais datados cobrem o período que vai de 5 de outubro de 1890 até 15 de janeiro de 1924.

É natural que pessoas com interesses científicos comuns acabassem por tratar nas suas cartas, num espaço de tantos anos, questões a eles relacionadas, especialmente aquelas a respeito das quais divergissem – de forma amigável ou mesmo mais contenciosa; por vezes, em polémicas que surgem da preocupação com a primazia na publicação de textos ou interpretações, e outras, de susceptibilidade a eventuais críticas. Podemos acompanhar, na correspondência entre Carolina Michaëlis e José Leite, as diversas modulações de um diálogo entre filólogos que sobreviveu, ao longo de décadas, a alguns confrontos que poderiam tê-lo estiolado, caso os correspondentes tivessem outra craveira psicológica e moral.

³ “Exmo. Snr. Leite de Vasconcellos, / Não sei se V. E. ainda acceita carta minha, depois de um silencio tão prolongado?” (cota 22629 do *Epistolário*).

No caso das cartas que dão conta de um enfrentamento relativo à prioridade em publicação, já nos é conhecida a reação de José Leite a uma nota que Carolina Michaëlis incluíra no segundo volume do *Cancioneiro da Ajuda*⁴: com efeito, Maria Ana Ramos localizou no exemplar daquela obra pertencente a Leite de Vasconcelos a cópia de uma carta sua à editora do Cancioneiro, datada de 9 de janeiro de 1902, onde se manifesta surpreendido pelos termos da referida nota (que dava a entender que ele “fa[zia] mistério da ciência”) e esclarece que, afinal, ele mesmo a informara da descoberta do manuscrito de Madrid⁵. No Espólio de Coimbra não se encontra essa carta; mas ela certamente foi enviada e recebida, pois numa longa carta de Carolina Michaëlis, datada de 18 de fevereiro de 1902⁶, onde trata de vários assuntos, o primeiro deles é uma resposta à admoestação do colega e amigo:

Na Nota que lhe diz respeito a p. 109 *não há <nem sombra de> ironia* [sublinhado da Autora]. Eu imaginei – julgando por mim – que V. E. teria prazer em publicar o seu achado. Por isso não lho pedi. *Ouvi dizer* por *soube* é incorrecto. V. E., e mais ninguém, me fallou (em carta ou verbalmente – não, foi em carta) [da d]escoberta. *Porque não publicou ou* [public]a agora na *Rev. Lus. As Trovas de Madrid? A Randglosse <XV>* que diz respeito à tenção de Vasco Martins de Resende e D. Affonso Sanches não tardará muito em ser impressa na *Zeitschrift*. – Então terei ocasião de esclarecer o caso de modo que contente V. E. plenamente e impossibilitando qualquer interpretação injusta das minhas palavras.

Com efeito, na referida *Glosa Marginal XV*, que se publicou no volume XIX da *Zeitschrift für romanische Philologie* em 1905, a filóloga acrescentou, numa espécie de *post-scriptum*:

⁴ *Cancioneiro da Ajuda*. Edição de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Reimpressão da edição de Halle (1904), acrescentada de um Prefácio de Ivo Castro e do glossário das cantigas (*Revista Lusitana*, XXIII). Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1990, v. 2, p. 109, nota 5: “Ouvi dizer que o meu amigo Dr. José Leite de Vasconcelos descobriu, recentemente, em uma sua viagem a Madrid, o traslado de uma poesia gallaico-portuguesa. Não o querendo privar do gosto de publicar a sua talvez valiosa descoberta, deixei de o interrogar, ignorando por isso, se se trata da mesma *tenção*, ou de outra composição diferente”. É de notar que, embora seja 1904 o ano da edição do *Cancioneiro*, muito antes Carolina Michaëlis começara a distribuir cadernos impressos por alguns amigos, de que são conhecidas reações escritas antes daquela data.

⁵ RAMOS, Maria Ana. Palavras entre filólogos: uma carta de Leite de Vasconcelos a Carolina Michaëlis. In: *Estudos Portugueses. Homenagem a Luciana Stegagno Picchio*. Lisboa: Difel, 1991. p. 143-158.

⁶ *Epistolário*, X; 1999, cota 22663. A carta encontra-se um pouco deteriorada, com pedaços rasgados (parecem devidos à ação de insetos) na parte superior medial dos dois cadernos onde foi escrita.

Aproximadamente assim escrevi no inverno 1894/95. Mais tarde soube pelo Prof. J. Leite de Vasconcelos que ele encontrara, durante uma estadia em Madrid, em uma *Miscellanea* da Biblioteca Nacional, uma cantiga do trovador. A minha hipótese de que só poderia ser a tenção revelou-se correcta. A meu pedido, foi publicada na *Revista Lusitana* (VII, 145), com fidelidade diplomática⁷.

A desavença deve ter sido resolvida a contento, pois em 9 de novembro de 1902 Carolina Michaëlis escreve num cartão postal, muito naturalmente: “É verdade tenho de mandar agora ao Groeber a *Randgloss* XV sobre *Vasco Martins de Resende*. Já publicou a sua Nota? Ou pode deixar-me ver o ms. para me referir a elle?”⁸

Polêmicas à parte, a troca de informações, ideias e opiniões entre ambos os filólogos ocupa a maior parte da correspondência que deles chegou às nossas mãos. Dentre a quantidade de assuntos que aí encontramos abordados, trazemos para a nossa consideração um que mereceu a atenção tanto dos dois filólogos em foco, nas cartas e em publicações ao correr dos anos, como de outros estudiosos, e que continua a ser tema de certa polêmica ainda hoje em dia. Trata-se da questão da língua em que escreveram os trovadores dos séculos XII a XIV, na Península, e da denominação que se deveria dar não só à língua como ao período em que floresceu esse tipo de lírica.

O tema surge na correspondência Leite-Michaëlis pela primeira vez num cartão postal desta, datado do Porto, Quarta-feira, 23 de Dezembro (o ano será o de 1903, como parece ser possível ler no carimbo postal):

⁷ VIEIRA, Y. F. et al. (Ed.). *Glosas Marginais ao Cancioneiro Medieval Português de Carolina Michaëlis de Vasconcelos*. Coimbra; Santiago de Compostela; Campinas: Universidade de Coimbra; Universidade de Santiago de Compostela, UNICAMP, 2004, p. 504. Ao editar a referida tenção, na *Revista Lusitana* VII (1902), p. 145-147, J. Leite acrescentou uma nota, referindo-se ao *Cancioneiro da Ajuda* editado por Carolina Michaëlis: “Este Cancioneiro está ainda em publicação, mas a illustre editora tem a bondade de me enviar todas as folhas, á medida que vão sendo impressas; por isso o cito”. (p. 147, nota1)

⁸ *Epistolário*, cota 22666. Aproveite-se para corrigir a leitura da data equivocadamente lida como 11 de fevereiro de 1902, em Vieira, “As *Glosas Marginais* e o *Cancioneiro da Ajuda*”, texto apresentado no Colóquio “Cancioneiro da Ajuda (1904-2004)”, Lisboa, 11-13 de novembro de 2004 (Actas no prelo).

Exmo. Snr. e amigo,
Foi-me de todo em todo *impossível* cumprir o seu desejo. Não imagina o que os dias do Natal são para uma dona de casa allemã. Deixe-me o seu ms. por mais uns dias. O assunto merece que o ponderemos bem. Eu não partilho a convicção de V. E. Não nego que haja na Chronica de 1404 *alguns* galleguismos, mas muitos dos que V. E. designa como taes são meros archaísmos, <comuns ao gall[ego] e ao port[uuguês].> Já tratei do problema num artigo sobre o *Canc[ioneiro] Gallego-Castelhano* do Lang e num cap. do Canc[ioneiro] da Ajuda. Na epoca trovadoresca os perf[eitos] em ~o [=o](3 p[essoa]) eram os unicos que existiam. Conto escrever-lhe extensamente este sabbado. Diga-me para onde hei de dirigir a carta.
De V.E. admiradora e amiga,
C.M.deV.⁹

Pelo conteúdo do cartão, deduz-se que Leite de Vasconcelos enviara a Carolina o manuscrito do seu artigo sobre a Crônica de 1404, impresso em 1903¹⁰, para que ela o apreciasse; aliás, ambos assim o faziam frequentemente, trocando versões manuscritas dos seus trabalhos para que passassem pelo crivo do outro antes da publicação, e Carolina chegava a pedir ao colega lisboeta que revisasse o seu português¹¹. Fica claro, também, que têm posições distintas quanto às relações entre galego e português na época medieval. O artigo a que Carolina se refere, uma recensão do *Cancioneiro Gallego-Castelhano*, de Henry Lang, saiu publicado em 1904¹² – estava portanto escrito e enviado à impressora em fim de 1903; ali diz ela, referindo-se à língua usada na lírica peninsular:

O português illustre ou galego illustre ou galego-português illustre,
elevado entre 1150 e 1200, na côrte portuguesa, por meio de

⁹ Cota 22642 do *Epistolário*.

¹⁰ *Uma Crônica de 1404*. Lisboa: Tipografia da Calçada do Cabra, 1903; reimpresso em *Opúsculos*, v. IV. Filologia (parte II). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929, p. 632-646.

¹¹ Assim, em carta datada de 30 de julho de 1888 (cota 22630 do *Epistolário*): “Logo que eu tiver alguma cousa prompta, avisarei e remetterei ao typographo. V. E. deve, contudo, fazer-me o obsequio de revêr os meus artigos com muita attenção, corrigindo tudo quanto lhe parecer ‘estrangeirado’. Não quero gastar muito tempo com a redacção em portuguez, mas desejo que o portuguez seja castigo, exempto de todos os erros./ Meu marido não tem vagar nem geito para me prestar este serviço e se não estou certa de V. E. emendar todas as tolices que possam escapar á minha penna mal aparada, sou capaz de deixar os meus artigos nas gavetas, onde já dormem os annos horacianos”.

¹² VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. Henry R. Lang. *Cancioneiro Gallego-Castelhano*. *Zeitschrift für romanische Philologie*, v. 28, p. 200-231, 1904.

depuramento, regulamentação e sábias restrições, à categoria de língua poética de notável unidade e pureza, manteve-se bastante inalterado em todos os líricos até ao ocaso da poesia trovadoresca. Dêle, porém, se afastara cada vez mais, como é natural, a língua falada, dividida em inúmeros dialectos, língua menos cuidada, mas infinitamente mais rica. Isto verifica-se acima de tudo na Galiza pròpriamente dita, à qual faltava a côrte como centro intelectual, e que, devido a estar sujeita ao poderoso reino hispânico de Leão e Castela, gravitava desde 1230 em volta dêle também no ponto de vista lingüístico, como antes gravitara em volta de Leão¹³.

No *Cancioneiro da Ajuda*, também mencionado no cartão, afirma de maneira mais nítida a sua posição, segundo a qual é mais apropriado à natureza do objeto indissociar os dois termos para referir-se à língua dos trovadores:

A linguagem dos trovadores é um *português ilustre*, selecto, convencionalmente unitário e arcaico, mas perfeitamente orgânico e coerente, claramente determinado nas suas formas e tendências, caracterizado por todas as feições peculiares que o distinguem do castelhano. *Português* ou *galego-português ilustre*, pois havia identidade quasi completa entre a língua da provincia do Noroeste da Hespanha e a do reino de *Portugal*¹⁴.

Em vários pontos do segundo volume, aliás, Carolina Michaëlis enfatiza a unidade política, cultural e lingüística da “Galiza maior e antiga”, “tal como existia nos principios da vida historica da Hespanha moderna, e havia existido durante o imperio visigodo, na dominação sueva, e no imperio romano”. É dentro dessa verdadeira Galiza medieval que entra sempre o núcleo fundamental de Portugal: o *condado portucalense*. E “esta fragmentação da Galliza em duas metades, occorrida exactamente no momento psychologico da primeira florescia da supposta poesia popular, obriga-[a] a

¹³ Citamos a tradução de Rudolf Rübencamp: “A linguagem das Cantigas de Santa Maria, de Afonso X o Sábio”. *Boletim de Filologia*, t. I (1932-1933), p. 282, nota 1. O texto original vem na pág. 281 do mesmo artigo.

¹⁴ *Cancioneiro da Ajuda*, 1990, v. I, p. xvii-xix.

empregar o termo composto *gallego-português*¹⁵. Ou seja: não se tivesse separado Portugal, como reino independente, teríamos de usar o termo simples *galego ilustre*. A unidade primitiva entre as duas metades faz-se contudo sentir pela uniformidade da língua, apenas com algumas variantes provinciais dentro de um tipo comum; e também pela grande semelhança nos modos de viver, sentir, pensar, poetar – “uniformidade e semelhança que fallam eloqüentemente a favor da afinidade primitiva de lusitanos e gallaicos”¹⁶. Em nota, Carolina Michaëlis chama a atenção para o fato de o conjunto dos dois países que modernamente correspondem a Portugal e à Galiza terem sido chamados pelos autores antigos de *Lusitânia* e os seus habitantes, *lusitanos*. Por esse motivo, diz ela, alguns autores contemporâneos servem-se desse nome para indicar de modo geral a união antiga de ambos, falando ora dos caracteres lusitânicos dos galegos ora do carácter galaico dos lusitanos, “às vezes sem a necessaria distincção entre os tempos archaicos e as condições historicas, medievais e modernas”. E para exemplificar, cita especificamente as *Religiões da Lusitânia*, de José Leite de Vasconcelos¹⁷.

Infelizmente, não dispomos das respostas de José Leite às cartas de Carolina Michaëlis. Mas a verdade é que ele se manifestou amplamente acerca desse assunto, por via impressa, e podemos seguir de forma relativamente fácil a sua reflexão, mais ou menos na mesma altura da troca epistolar que nos ocupa.

Assim, por exemplo, na sequência deste raciocínio, se explicava Leite em 1888¹⁸:

Não se estranhe que eu considere assim subordinado ao português o idioma galego. De facto, êste mantém parentesco íntimo com aquele, e ambos na idade-média serviram de órgão a uma mesma literatura; além disso a Galliza é um apenso natural de Portugal: estas duas regiões faziam outr’ora parte da Lusitânia. Como seriam fecundas as tentativas daqueles, que, já por vias

¹⁵ *Idem*, v. II, p. 778-779.

¹⁶ *Idem*, v. II, pp. 780-781.

¹⁷ *Idem*, p. 781, nota 1.

¹⁸ “A filologia portuguesa e a reforma do Curso Superior de Letras” (1888), republ. *Opúsculos*, IV, Coimbra, 1929, p. 848.

diplomáticas, já por propaganda científica, se esforçassem para outra vez reconstruir essa *unidade lusitana* quasi perdida, e tão mal precitada!

A preocupação com as implicações políticas de uma questão que, no fundo, via como linguística está presente nos primeiros pronunciamentos de Leite de Vasconcelos sobre o galego. A sua mais antiga referência à Galiza acha-se no *Anuario para o estudo das tradições populares portuguesas*, de 1882¹⁹, quando era ainda “alumno da Eschola Medica do Porto”; aí reproduz algumas quadras populares galegas, como forma de homenagem à “Galliza, essa *sympathica* provincia, que, se pela politica é hispanhola, pela lingua é portugueza”.

Esta ideia viria a ser precisada, no citado artigo de 1888, com recurso ao conceito de co-dialecto²⁰: “O galego é um dialecto ou co-dialecto português: todavia, como a Galiza pertence politicamente à Hespanha, é preciso que a Filologia galega ocupe lugar à parte”.

O conceito de co-dialecto, que tanta inconsistência revela no uso leiteano, fora pela primeira vez introduzido em recensão que Leite dedicou ao livro *Historia de la literatura gallega*, de Augusto G. Besada²¹. Ali diz o filólogo:

O cap. V interessa-nos mais a nós portugueses, porque o A. pretende provar, fundando-se apenas em passagens de varios escriptores, que o gallego gerou a nossa lingua, e que esta se deve considerar como um sub-dialecto d’aquella. Eu já disse algures que a questão de linguas, dialectos, co-dialectos e sub-dialectos, é uma questão prática, vindo tudo a ser a mesma cousa em theoria. O A. foi levado aqui por um espirito de nacionalidade; de facto eu tenho como exacto o seguinte: a lingua dos Romanos, trazida para a Lusitania (que comprehendia a Gallaecia), transformou-se cá em um idioma que chamarei *português-gallego*, que, apesar de variedades ou ao menos tendencias dialectaes que havia de apresentar desde a origem, mantinha uma tal ou qual unidade, como se observa nos primitivos documentos escritos; depois, em virtude de condições communs a todos os idiomas, e de

¹⁹ *Anuario para o estudo das tradições populares portuguesas*, Porto, 1882, p. 38.

²⁰ “A filologia portuguesa...”, p. 895.

²¹ Publicada na secção de Bibliografia da *Revista Lusitana*, v. I (1887-1889), p. 183-185.

outras particulares a este (como a vida historica de Portugal, a absorpção da Galliza na Hispanha, etc.), o *português-gallego* differenciou-se cada vez mais, constituindo de um lado o *gallego* (com todos os seus dialectos) e de outro o *português* (tambem com os seus dialectos e sub-dialectos). Vê-se pois que estão ambos nas mesmas relações com o latim, e que se não deve dizer nem que o gallego provém do português, nem este d'aquelle. Mas, na vida social e litteraria, qual das duas linguas é mais importante? A que se tornou orgão de um povo independente e progressivo, senhor de uma litteratura riquissima, collaborador activo e fecundo da civilisação, ou a que pouco mais serve do que para os usos domesticos de uma provincia annexada a um reino, e cuja litteratura, vida e influencia social se não podem comparar com as da outra? Evidentemente a primeira. É por isso que eu digo que o português é propriamente uma *lingua* e o gallego um *co-dialecto português*, pois na classificaçã dos idiomas romanicos da peninsula estes dois idiomas hão-de forçosamente ficar juntos e numa certa relação, que não póde de modo algum deixar de ser aquella. [...] Não cuide o snr. Besada que me cega o amor da patria; eu até concedo-lhe muito mais do que varios philologos romanistas que considerão o gallego como dialecto português. [...] Mas eu entendo que a sciencia está superior a todos os preconceitos.

Num artigo publicado mais ou menos à mesma altura, isto é, no dia 7 de julho de 1888, no jornal *El país gallego*, de Santiago de Compostela, Leite diz mais ou menos a mesma coisa, só que é mais explícito no que se refere à língua dos trovadores: “ésta lingua era o *português-gallego*, que se pode apreciar muito bem na rica litteratura dos Cancioneiros”²².

Reconhece-se na distinção estabelecida entre co-dialeto e sub-dialeto a influência de escritos recentes do príncipe Louis Bonaparte e, filtrado por eles, do Padre Sarmiento. Como observa Beatriz García Turnes em trabalho que analisa aprofundadamente estas questões²³, Bonaparte definiu *co-dialectos* como variedades independentes de uma língua, pois apresentam variantes fundamentais em relação à norma

²² Apud Clarinda de Azevedo Maia, *O galego visto pelos filólogos e linguistas portugueses*. Lisboa: Colibri, Cátedra de Estudos Galegos da Universidade de Lisboa, 2002, p. 12-14.

²³ *Ideas sobre o galego e as orixes do portugués na lingüística lusa do século XIX*, 2008, Tese (Doutoramento em Filoloxía Galega), Universidade de Santiago de Compostela, 2008, p. 233.

culta dessa língua, sendo classificados como *sub-dialectos* se as variantes são poucas e pouco relevantes, isto em correspondência dirigida a Leite nos anos 1884 e 1885. É quase nos mesmos termos que Leite define o galego, discutivelmente emparelhado com o mirandês e o riodonorês, quando apresenta o seu *Mappa dialectologico do Continente Português*²⁴:

O gallego, o mirandês, o riodonorês e o guadramilês são propriamente co-dialectos, isto é, idiomas que, comquanto, pelos seus caracteres grammaticaes se avizinhem do português mais que outras quaesquer linguas romanicas e lhe sejam em parte ligados na obediencia às mesmas leis especiaes, não estão comtudo numa relação tão íntima com elle, considerado lingua litteraria e nacional, como por exemplo os fallares da Beira e do Algarve.

Na tese de doutoramento que defendeu em Paris, em 1901, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, refere-se Leite muito rapidamente ao galego medieval, quando trata do que chama os “co-dialectos do português”: “Le galicien médiéval différait très peu du portugais; il y a même des cas où il est difficile ou impossible, par le seul moyen de la graphie, d'établir des distinctions entre ces idiomes”²⁵. Apesar dessa afirmação segundo a qual o galego medieval e o português medieval eram dois idiomas, aproximados embora, na explanação que se segue, em que Leite procura mostrar aspectos fonológicos comuns aos dois idiomas, e que os distinguem do espanhol, denomina-os por vezes “le galicien” e “le portugais”, mas também se refere a uma entidade comum, o “galleco-portugais”²⁶.

Ora, em 1903, quando publica o opúsculo sobre *Uma Crônica de 1404*, Leite não parece mais tão convencido da unidade da língua dos trovadores, e é esse o ponto que Carolina Michaëlis rebate na sua carta. Ele ali diz, no trecho que a filóloga ressaltara:

²⁴ *Mappa dialectologico do Continente Português*. Lisboa, 1893; 2. ed. *Opúsculos*, IV, Coimbra, 1929, p. 791-796.

²⁵ *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Thèse pour le Doctorat de l'Université de Paris (Faculté des Lettres). 2. ed., com aditamentos e correções do Autor, preparada, com base no exemplar conservado no Museu Etnológico “Dr. Leite de Vasconcelos” por Maria Adelaide Valle Cintra. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1970, p. 163.

²⁶ *Idem*.

[...] abstraindo de ser do séc. XV a crónica, e portanto posterior à época trovadoresca (factos que nesta podiam ser comuns ao galego e ao portuguêz, naquela podiam não o ser já), sabido é que muitos dos poetas dos cancioneiros eram galegos, e que, ainda para os que o não eram, a língua galega tinha em certo sentido os mesmos foros poéticos que a portuguesa²⁷.

Na primeira versão publicada dos *Textos Archaicos*, que saiu na *Revista Lusitana*, de 1903-5²⁸, Leite não inclui ainda o Apêndice com textos galegos e as Anotações que anexará a edições posteriores da obra²⁹. Na segunda edição (ampliada), saída a lume em 1907, contudo, depois dos textos galegos e das informações sobre a evolução da língua, acrescenta a seguinte explicitação, que parece responder às questões colocadas por Carolina Michaëlis:

A respeito do gallego antigo, vem ao intento dizer mais o seguinte. A lingoagem usada na idade-media pelos trovadores gallegos que poetaram com os nossos nas côrtes dos reis portugueses, como por outros que, não sendo gallegos de origem, se serviram da lingoagem d'aquelles, distinguia-se do portuguêz corrente apenas em alguns galleguismos, por exemplo preterito em *-o* (*quiso, fez-o*), os quaes, á maneira de fórmulas poeticas, se tornaram tambem patrimonio dos poetas de cá, mas não se encontram nos nossos documentos em prosa, que representam o fallar quotidiano. Assim a lingoagem do *Cancioneiro* de D. Denis é bastante igual á das *Cantigas* do seu avô Affonso X, o Sabio; só aqui ha mais galleguismos (*che*, etc.) [...].

Leite de Vasconcelos parece ter transitado, portanto, de uma posição que aceitava a existência de uma língua comum às duas regiões aquém e além Minho, que se podia ler nas produções trovadorescas, e que ele chama inicialmente *portuguêz-galego*, a uma outra segundo a qual os dois idiomas, embora dificilmente discerníveis entre si, mantinham todavia já

²⁷ *Uma Crónica de 1404. Opúsculos*. v. IV. Filologia (Parte II), op. cit., p. 632-646:637. A primeira edição é de 1903, como já se indicou.

²⁸ José Leite de Vasconcelos, "Textos Archaicos", *Revista Lusitana*, VIII (1903-1905), p. 187-214.

²⁹ *Textos Archaicos*. 2. ed. Porto: Livraria Clássica, 1907-1908; 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1922-1923; 4. ed. Com breves anotações pelo prof. Serafim da Silva Neto. Lisboa: Livraria Clássica [1959].

nos seus primórdios uma certa fisionomia própria. De qualquer forma, há uma hesitação nítida, que se revela mesmo na escolha do idioma que figurará em primeiro lugar na denominação composta: o *português-galego* ou o *gallego-portugais*? Voltemos às cartas, porém, onde Carolina Michaëlis reage ao manuscrito do artigo de Leite sobre a crônica de 1404. Numa carta datada de Sábado, 9 de janeiro de 1904³⁰, pede desculpas por não poder ainda tratar do tema com vagar, mas acrescenta, como mais um motivo para demorar-se na resposta: “De las cosas mas seguras la mas segura es dudar”. Acho cedo demais para resolvermos definitivamente o problema gallego-português. Publiquemos primeiro textos e mais textos, escrevamos a Gramm[atica] e o Dicc[ionario] da linguagem arcaica”.

Num cartão postal datado de 8 de fevereiro de 1904³¹, acusa o recebimento do artigo já publicado sobre a *Chronica de 1404*, agradece o envio, e acrescenta:

Acho *tudo* muito bem. # - embora ~~não ache~~ <continue a pensar > que os galeguismos não *abundam*. E em lugar de dizer a p. 6, l[inha] 3 de b[aixo], “No caso presente ha sim *uma parte* commum ao g[allego] e ao p[ortuguês]”, devia dezia [sic]: “quasi tudo é commum ao g[allego] e ao p[ortuguês]”. – Quando puder, mande-me os ex[emplo]s de *ovir* em prosas do sec. XIII. Importa-me conhecê-los.

É apenas na carta datada de 7 de março de 1904³² que explicitará, contudo, a sua opinião acerca do artigo leiteano e da questão galego-portuguesa, enunciando então o que vai chamar o seu “credo galego-português”. Citamos as partes relevantes da carta:

Feito isso, vou formular o meu credo galego-português visto que assim o deseja. Está claro que o faço com as devidas reservas, no sentido que continuo a estudar o assunto e não o poderei largar até ter concluído o elenco gramatical e o Glossario que formarão o Vol. II do CA. – já hoje poderia acrescentar (ou *acregentar*?) exemplos e pormenores à sua exposição (p. ex. *moito* ao par de

³⁰ Cota 22674 do *Epistolário*.

³¹ Cota 22766.

³² Cota 22678-1/2.

muinto, mesmo nas trovas) como *loytosa* etc. nas *Diss[ertações] Chron[ologicas] I*) – mas não é o que importa.

Quanto ao resultado geral, a sua argumentação, lúcida e completa, convenceu-me – e o estudo comparado minucioso de textos em prosa galega e portuguesa – confirma a convicção de que um português culto – um literato do tempo de D. João I – já não teria empregado de 1390 a 1404 *em prosa* as formas galego-portuguesas apontadas por V. E. (Quanto aos poetas, veja o Canc[ioneiro] Gal[ego] Cast[elhano] de Lang). Portanto a *Chronica* é de proveniência galega.

Está satisfeito?

Creio mesmo que o carácter arcáico, convencional e conservativo da linguagem dos mais antigos trovadores e criadores dos tipos-padrões – que era a de Entre Doiro e Minho (ou mais precisamente de Entre Mondego e Finisterre) já não agradava aos cortesãos de D. Denis. Os que poetavam em Lisboa e Santarem entre 1280 e 1325 deviam necessariamente ter consciencia das diverjências que já então havia entre a sua fala natural e a dos modelos líricos. De aí as formas *ouvir disse te ti* e também *põe soe praxe pese* etc. – em oposição ao arcáico *oir dixi disse che pon sol prax pes* etc.

A evolução da lingua portuguesa explica, a meu ver, a rápida decadência depois da morte de D. Denis e o quasi completo mutismo de 1350 a 1400 e tantos.

O que não acho bem redijido na sua exposição são as observações gerais, relativas ao idioma trovadoresco, já lh'o disse? Os galeguismos não *abundam* na *Cronica*. São suficientes para tornar provavel a origem galega. Não acho bom dizer (a p. 6) que “ha sim uma parte *commum* ao gallego e ao português”. Quási tudo é *comum*, <é regra>, as diverjências constituem as excepções – o *residuo*, como diz V. E. <Mesmo em 1404!> E a p. 5, “mesmo para os [poetas dos cancioneiros] que o [galegos] não eram, a ling[ua] gall[ega] tinha em certo sentido os mesmos foros poeticos que a port[uguesa]” – *A principio – de 1175 a 1275 – havia para todos os poetas uma só lingua – a galego-portuguesa.* (itálicos adicionados)

Do ponto de vista literário-histórico, o periodo todo é galego-português. (itálicos adicionados) E esse periodo que acaba em Portugal com o advento da 2ª dinastia, prolonga-se na Galiza. A *Cronica* pertence <literariamente> ao mesmo periodo em que se escreveu a *Cronica Troiana* e o *Graal*.

Qual é portanto o credo galego-português de Carolina Michaëlis?

1º) Havia apenas uma língua poética, para todos os poetas, fossem eles portugueses, galegos ou de outros reinos peninsulares até o reinado de D. Dinis: o galego-português.

2º) Não só a língua era comum, mas todo o período, no que diz respeito a convenções literárias e a relações de caráter político e cultural.

3º) As formas divergentes que se encontram nas cantigas dos trovadores portugueses da corte de D. Dinis indicam que a linguagem “arcaica, convencional e conservativa” dos antigos trovadores já não coincidia com a dos novos poetas.

4º) O progressivo afastamento entre as variantes do Norte e do Sul nesse período explicaria a decadência da poesia trovadoresca depois da morte de D. Dinis.

Falta nesse credo a explicitação da escolha do nome “galego-português” para a língua, a poesia, os poetas e a cultura do período. Vimos como no *Cancioneiro da Ajuda* essa explicação passava pela consideração do passado comum de toda a região da Galécia antiga. Mas vimos também que ela hesita nalgum momento se deveria designar a língua como *português ilustre, galego ilustre ou galego-português ilustre* – mas deixa claro em outro que, se não fosse *galego-português*, teria de ser simplesmente *galego*.

A filóloga manteve-se fiel ao seu credo. Nas *Lições de Filologia Portuguesa*, que reproduzem as preleções por ela feitas nos cursos dos anos de 1911/12 e de 1912/13, repete quase *ipsis litteris* o que já dissera no *Cancioneiro da Ajuda*³³. Ao justificar, porém, o uso de *galego* no composto *galego-português*, em vez de *galeco-português*, comenta em nota: “Leite de Vasconcelos emprega de preferência a forma híbrida³⁴ *Galeco-português*, apesar de em regra ter antipatia contra tudo quanto é mal formado, como por ex., o substantivo análogo *Portugália*./ Seguramente emprega êsse térmo meio erudito e meio popular, para evitar *galego*, lembrado de que

³³ VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Lições de Filologia Portuguesa*. Segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/1912 e de 1912/1913. Seguidas das *Lições Práticas de Português Arcaico*. Lisboa: Dinalivro, [s.d.], p. 274-275.

³⁴ No texto, por gralha óbvia, “hídrica”.

tanto em Portugal como em Castela houve épocas em que o empregavam depreciativamente”³⁵. E nas *Lições Práticas de Português Arcaico*, que abrem com o exame do fac-símile da *Crónica Geral de 1404*, comenta:

Leite de Vasconcelos dedicou-lhe também um valioso escrito: *Uma Crónica de 1404: Observações Filológicas*. [...] A língua em que está escrita a segunda metade do volume é *português*, segundo Pidal; *galego*, segundo Leite./ Eu chamo-a *galego-portuguesa*, como já viram, porque dou esta designação a todos os textos escritos na linguagem comum falada e escrita nos séculos XIII e XIV na faixa ocidental da península, aquém e além Minho, – com divergências muito pequenas, tão pequenas que não convém estabelecer divisões³⁶.

Ainda portanto a polémica dos anos 1903 e 1904 – com o acréscimo, aqui, de que não se trata apenas da linguagem poética escrita nos séculos XIII e XIV, mas também da linguagem “falada”. Os habitantes de aquém e além Minho, nos séculos XIII e XIV, falavam portanto a mesma língua e nela escreviam os seus cantares.

Por outro lado, Leite parece ter também mantido as suas dúvidas ao longo dos anos. Já na segunda edição (ampliada) dos *Textos Arcaicos*, como vimos, reafirmara a primitiva individualidade dos dois idiomas no falar cotidiano, reservando a unidade apenas para a linguagem poética dos trovadores. Na *Revista Lusitana* XXV, de 1923-1925, assim abre o seu artigo sobre a “História da Língua Portuguesa”:

Iniciada a conquista da Península Iberica pelos Romanos no seculo III a. C., e dominada esta pelos mesmos até o seculo V p.C., implantaram nela o latim, que depois se transformou em vários idiomas, entre os quais um, que de modo geral e teorico chamaremos *gallaico-portugalense*, e se fala ao Sul e ao Norte do rio Minho: ou *português*, como fórmula principal, na margem esquerda, e *galego*, na margem direita³⁷.

³⁵ *Idem*, p. 274, nota 191.

³⁶ *Idem*, p. 332-333.

³⁷ VASCONCELOS, José Leite de. História da Língua Portuguesa. *Revista Lusitana*, v. XXV (1923 a 1925), p. 5.

Finalmente, quando republicou o *Mappa dialectologico* em 1929, Leite repetiu este gesto em direção à autonomia do galego, declarando que ao lado dos domínios glotológicos espanhol e lusitânico, únicos mencionados nas edições anteriores, há a considerar um domínio galego, a que dedica uma frase inteiramente nova. Mas essa frase parece ter sido concebida para contrariar os efeitos do gesto de abertura: “À Galiza pertence o galego, que não é mais que um dialecto português, ou, se se quiser, um seu co-dialecto”³⁸.

Tendo assim acompanhado essa troca de ideias e opiniões entre duas figuras que se destacaram no conhecimento da lírica trovadoresca e da língua medieval no ocidente peninsular, podemos perguntar-nos quais os pressupostos que pesariam sobre a maneira como cada um deles elaborou a sua visão do problema.

Em primeiro lugar, não seria demais relembrar alguns outros dados contemporâneos que parecem demonstrar que a indecisão dominava entre os especialistas em geral, quando se tratava de identificar, em termos geográficos, políticos e linguísticos, a produção poética conservada nos Cancioneiros recém-descobertos: assim, ao publicar as suas famosas *Randglossen* na revista alemã *Zeitschrift für romanische Philologie*, entre 1896 e 1905, Carolina Michaëlis deu-lhes o título geral de *Glosas Marginais ao Cancioneiro Medieval Português (Randglossen zum altportugiesischen Liederbuch)*; as duas edições dos cancioneros encontrados em Itália receberam, respectivamente, o título de *Il Canzoniere portoghese della Biblioteca Vaticana*³⁹ (1875) e *Il Canzoniere portoghese Colocci-Brancuti* (1880)⁴⁰; Teófilo Braga, ao editar o *Cancioneiro da Vaticana*, deu-lhe também o título de *Cancioneiro portuguez da Vaticana*⁴¹. Por outro lado, porém, António Ribeiro dos Santos, nas *Memórias da Poesia em Portugal, com uma breve notícia de dous Cancioneiros até agora desconhecidos*, compostas anteriormente a 1818, já se referia à língua

³⁸ *Mappa dialectologico do Continente Português*, 2. ed. Opúsculos, IV, Coimbra, 1929, p. 791-796.

³⁹ MONACI, Ernesto. *Il Canzoniere portoghese della Biblioteca Vaticana, messo a stampa da Ernesto Monaci*. Halle a.S.: Max Niemeyer, 1875.

⁴⁰ *Il Canzoniere portoghese Colocci-Brancuti, pubblicato nelle parti che completano il codice vaticano 4803 da Enrico Molteni*. Halle a.S.: Max Niemeyer, 1880.

⁴¹ BRAGA, Teófilo. *Cancioneiro portuguez da Vaticana*. Edição crítica restituída sobre o texto diplomático de Halle, acompanhada de um Glossário e de uma Introdução sobre os trovadores e Cancioneiros portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880.

das cantigas como o “dialecto português-galiziano”, falado na província de Entre Douro e Minho nos primeiros séculos da monarquia⁴². Caetano Lopes de Moura, na “Prefação” à edição das cantigas de D. Dinis, afirma que, incrementada pela ação cultural daquele monarca, “a língua galliziana, que era commum aos Gallegos lutenses e bracharenses, se veio a converter, em razão das modificações que nesse tempo se lhe introduzirão, e com a admissão e adopção de novos vocabulos, em um dialecto distinto, que com o andar dos seculos tinha de vir a ser uma das linguas mais harmoniosas do antigo, e novo mundo”⁴³. Monaci, ao publicar o *Cancioneiro da Vaticana*, assim se expressa: “Col manoscritto qui publicato torna in luce tutta una letteratura, l’antica letteratura dei Trovatori portoghesi”; mas, logo depois de reivindicar para a história da literatura portuguesa o novo monumento, continua: “Quelle pagine [fala do códice do Colégio dos Nobres] *scritte nel vecchio linguaggio della Gallizja ...*” (itálicos adicionados)⁴⁴. Com certeza, esses estudiosos não desconheciam nem deixam de mencionar a Carta Proêmio do Marquês de Santillana ao Condestável D. Pedro de Portugal, entre os anos 1445 e 1449, onde aquele afirma que “ainda não há muito tempo quaisquer poetas e trovadores desses lugares, quer fossem castelhanos, andaluzes ou da Extremadura, compunham todas as suas obras em língua galega ou portuguesa”⁴⁵; tampouco desconheciam as afirmações de Duarte Nunes de Leão que, em 1606, ao falar sobre a origem da língua portuguesa, dizia: “... & a lingoa de [...] Galliza & Portugal as quaes ambas erão antigamente quasi hũa mesma, nas palauras, & nos diphtongos, & pronunciação que as outras partes de Hespanha não tem”⁴⁶. Henry Lang, na edição do *Cancioneiro de D. Dinis*, embora se refira várias vezes à lírica dos *Cancioneiros* como “portuguesa”, também utiliza esporadicamente a denominação

⁴² *Cancioneiro da Ajuda*, 1990, II, p. 3.

⁴³ MOURA, Caetano Lopes de. *Cancioneiro d’elRei D. Diniz*. Pela primeira vez impresso sobre o manuscrito da Vaticana, com algumas notas illustrativas, e uma prefação historico-litterária pelo Dr. Caetano Lopes de Moura. Paris: J.P. Aillaud, 1847.

⁴⁴ Monaci, *Il Canzoniere portoghese ...*, 1875, p. v.

⁴⁵ Cito da tradução de Maria de la Concepción Piñero Valverde, em Lênia Márcia Mongelli e Yara F. Vieira, *A Estética Medieval*. Direção de Massaud Moisés. São Paulo: Íbis, 2003, p. 198.

⁴⁶ LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da Língua Portuguesa*. 4. ed., conforme a primeira. Lisboa: Pro Domo, 1945, p. 243-244.

“lírca galego-portuguesa” (*die galicisch-portugiesische Kunstlyrik*)⁴⁷; e logo depois de confirmar a informação do Marquês de Santillana, segundo o qual os poetas nativos de Castela, Extremadura e Andaluzia tinham escrito poemas no *dialeto galego-português*, observa que há um número de poetas espanhóis, antes e no tempo de Afonso X, nos *cancioneiros portugueses*⁴⁸. E não deve ter pesado pouco o fato de Diez arrolar, na tradução francesa da sua *Gramática das línguas românicas*, publicada em 1874, entre os primeiros monumentos da literatura “portuguesa”, o Cancioneiro galego do rei Afonso X de Castela, o *Cancioneiro da Vaticana* e o *da Ajuda*⁴⁹. Mais haveria que mencionar, mas isso já nos chega para ter uma ideia do terreno instável em que se moviam os filólogos quando tinham de dar conta dessas fronteiras – ou ausência delas – aquém e além Minho, nos séculos anteriores e coevos à formação da nação portuguesa.

Alguns fatores poderão ter influído nessa dificuldade que enfrentaram os filólogos oitocentistas em geral ao tratarem a questão da língua e da poesia trovadoresca da Península: o fato de o Cancioneiro mais antigo (CA) ter sido encontrado em Portugal e ter sido posto à disposição dos estudiosos, pelo menos em parte, com meio século de antecedência em relação aos dois outros, se considerarmos que a edição de Lord Stuart é de 1823 – embora no Catálogo da livraria do embaixador, elaborado para a sua venda em 1855, figure com o título *Cancioneiro inedito em Portuguez-Galliziano que parece ser obra do sec. XIII, ms. [...]*⁵⁰; o fato de Monaci ter descoberto e transcrito a nota de Angelo Colocci, na qual este se refere ao “libro di portughesi”, e que o humanista italiano intitule “Autori portughesi” a sua lista de nomes de poetas que encontrava nos Cancioneiros à sua frente⁵¹; a tradição que atribuía a D. Dinis o ter sido o primeiro a poetar em língua portuguesa. Mas principalmente parece de primordial importância o fato de Portugal se

⁴⁷ LANG, Henry R. *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*. Halle a.S.: Max Niemeyer, 1894, p. x.

⁴⁸ *Idem*, p. xviii.

⁴⁹ DIEZ, Friedrich. *Grammaire des langues romanes*. Tome I. Paris: A. Franck, 1874, p. 90.

⁵⁰ *Cancioneiro da Ajuda*, 1990, II, p. 6, nota 1.

⁵¹ Cf., a respeito dessa nota, Elsa Gonçalves, “Pressupostos históricos e geográficos à crítica textual no âmbito da lírica medieval galego-portuguesa: (1) Quel da Ribeira; (2) A romaria de San Servando?”. *Critique textuelle portugaise*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1986, p. 41-53.

ter desenvolvido como reino independente a partir do século XII e de a sua língua ter conhecido, ao fio dos séculos, uma expansão geográfica e cultural muito maior que a do galego. O prestígio político de Portugal, nos séculos XIX e XX, relativamente ao da Galiza na mesma altura, sobrepunha-se à relevância política e cultural que esta poderia ter tido nos séculos XII e XIII, relevância essa que começa a ser reconhecida e estudada quando a atenção filológica se volta para as línguas vernáculas modernas, em busca de uma suposta identidade nacional histórica e linguisticamente delineada. Embora na segunda metade do século XIX se tenha produzido um movimento de recuperação da língua galega, outros fatores fundamentais para a constituição de uma nação “politicamente identificável” ainda não se concretizavam no caso específico da Galiza. E tampouco devemos desconsiderar a arguta observação de Carolina Michaëlis, já referida, segundo a qual Leite preferira o termo “galeco-português” a “galego-português”, para evitar usar o termo “galego”, então carregado das conotações discriminatórias provenientes da condição de imigrantes dos galegos nos reinos da Península.

Por que, porém, a diferença no tratamento dessa questão por parte de Carolina Michaëlis e José Leite? Talvez por que a primeira tivesse um contacto muito mais íntimo e demorado com os textos das cantigas, o que lhe permitia afirmar com maior segurança a unidade da língua em que estavam compostas; o segundo, por outro lado, mesmo tendo dedicado parte do seu labor filológico à edição de textos literários, estava muito mais preocupado com as questões dialetológicas que pudesse identificar e estudar em documentos não literários e com as fronteiras lábeis das variações geográficas e históricas. Talvez porque Carolina Michaëlis, ainda que profundamente ligada à terra portuguesa, estivesse, graças à sua naturalidade alemã, imune a certos pruridos nacionalistas ligados a este canto do mundo. E embora José Leite se defenda de antemão da pecha de “nacionalista”, na recensão ao livro de Besada, temos de reconhecer que há na sua atitude um ponto cego, que se manifesta na própria escolha do primeiro termo para o composto designador da língua comum: o *português-galego*. O peso maior aí não cabe certamente ao dado histórico, mas ao ponto de vista histórico – já vimos, aliás, como

Leite de Vasconcelos não hesitou em deixar clara a sua perspectiva, ao tratar da relação entre português e galego a partir do século XIV. Não sem uma certa truculência dizia ele, no referido artigo publicado em Santiago de Compostela, depois de concluir que o galego é um “co-dialeto” do português: “E já eu lhe concedo mais do que lhe concederam muitos philologos que o consideram apenas como dialecto da língua do meu país”. Na recensão publicada na *Revista Lusitana* dissera apenas: “eu até concedo-lhe muito mais do que varios philologos romanistas que considerão o gallego como dialecto português”. Entre “dialecto português” e “dialecto da língua do meu país”, há uma diferença inequívoca de tonalidade emotiva...

Como se disse antes, esse assunto ainda suscita certa polêmica, como sabemos todos. O que nos interessou aqui foi tentar acompanhar os tropeços de uma discussão ainda a dar os primeiros passos nessa fase “cientificista” da sua vida, com a esperança de talvez limpar caminhos e mapear com mais segurança as suas encruzilhadas hoje em dia.